



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

DECISÃO nº 005-CEC/IFAM/2018
Processos nº: 23443.035921/2018-17

Assunto: RECURSO CONTRA A ATO ADMINISTRATIVO PRATICADO PELA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

I – HISTÓRICO:

1. Trata-se de impugnação interposta pelo servidor Sérgio Augusto Coelho Bezerra contra a Ato praticado pela Comissão Eleitoral Central referente à expedição da Errata nº 002-CEC/IFAM/2018.
2. Uma das motivações do Autor trata-se da não apresentação por dois candidatos ao cargo de Reitor, da declaração especificada no Art. 10, § 2º, do Regulamento de Consulta Eleitoral no prazo regularmente previsto no Anexo I.
3. Outra motivação do Autor foi o não atendimento da CEC ao Princípio da formalidade administrativa.
4. Dispôs acerca da incerteza trazida no Art. 11 quanto ao pleno atendimento aos requisitos exigidos para a elegibilidade para o cargo de Reitor do IFAM.
5. Por fim, solicitou que a Comissão Eleitoral Central respeite as regras de concorrência pública, e complementa com a declaração: [...] “não devendo realizar adaptações de modo a atender interesses pessoais de pessoas poderosas na Instituição. Independentemente de ser Reitor ou Diretor a lei deve prevalecer para todos sob pena de restar prejudicada a impessoalidade e a moralidade administrativa.”

II – MÉRITO/FUNDAMENTOS:

1. Inicialmente convém destacar que os atos praticados pela Comissão Eleitoral Central encontram respaldo nas Leis dispostas no Regulamento de Consulta Eleitoral, as quais o amparam, e que o caso em epígrafe se subsume aos dispositivos legais explícitos nas Leis nº 9.784/99, art. 2º, parágrafo único, I, VI, VIII e IX e a Lei nº 13.726/2018, art. 3º, §1º, *in verbis*:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

[...]

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

[...]

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

2. Resta esclarecer que no dia 17 de outubro de 2018, a Comissão Eleitoral Central, por meio da Ata referente à 14ª Reunião, por unanimidade dos membros presentes, entendeu que a não homologação dos candidatos recorridos fere aos preceitos legais supramencionados. Por consequência, a Comissão buscou apoio na súmula 473-STF para rever o ato praticado. Dessa forma, os candidatos recorridos passaram da condição de candidatura não homologada para **homologada** (destacamos).
3. Ocorre que, o recorrente interpôs recurso contra Ato praticado pela Comissão Eleitoral Central referente à expedição da Errata nº 002-CEC/IFAM/2018, o que não pode prosperar, haja vista já haver entendimento da Comissão, conforme deliberação que consta na ata da 14ª reunião da CEC, a qual sinaliza que a exigência da declaração denota excesso de formalismo.
4. No que concerne à expedição da Errata nº 002-CEC/IFAM/2018, a Comissão agiu nos estritos limites legais, pois, a decisão fundamentou-se nas Leis nº 9.784/99, Art. 2º, parágrafo único, I, VI, VIII e IX e a Lei nº 13.726/2018, Art. 3º, §1º e solicitou a publicação do documento na mesma data que elaborou para que não ocorresse qualquer prejuízo para o bom andamento da consulta eleitoral, razão pela qual não prospera a alegação do Recorrente.
5. Na continuidade dos argumentos expôs que, no seu entender, a CEC não atendeu ao Princípio da formalidade administrativa, pois segundo seu sentir, a Lei 13.726/2018 ainda não se encontrava em vigor, entretanto, cumpre esclarecer que os fundamentos utilizados pela Comissão na decisão colegiada não se funda somente na Lei citada, pois, ainda que realmente não estivesse em plena eficácia, a Lei 9.784/99, Art. 2º, parágrafo único, I, VI, VIII e IX, já seria suficiente para balizar a decisão. Ademais, a Administração Pública caminha a passos largos no sentido de desburocratizar muitas ações para melhor prestação do serviço, visando atingir plenamente ao Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular. Não é demais lembrar que a Lei 13.726/2018 é apenas um aperfeiçoamento do Decreto 9.094/2017, pois, ambos tratam da simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos. O repertório jurisprudencial que apoia os julgados precedentes inseridos nos acórdãos dos tribunais do país orienta quanto à proporcionalidade e razoabilidade da execução dos atos administrativos, evitando-se com isso o excesso de formalismo, e o Supremo Tribunal Federal assim dispôs no Recurso Extraordinário nº RE 0800014-55.2015.4.05.8404 RN, assim ementado: ADMINISTRATIVO. MOTIVAÇÃO REFERENCIADA ("PER RELATIONEM"). CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO/PROFLETRAS/PAU DOS FERROS. INDEFERIMENTO DE MATRÍCULA. NÃO APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO. PREVISÃO NO EDITAL. APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE COLAÇÃO DE GRAU. **FORMALIDADE EXCESSIVA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA. (STF, RE 0800014-55.2015.4.05.8404 RN, Relator Min. Ricardo Lewandowski, data do julgamento: 26/09/2017, publicado no DJe 222, de 29/09/2017, sem grifos no original).
6. Quanto ao Art. 11, do Regulamento de Consulta Eleitoral, em contraponto às declarações realizadas pelo Recorrente, a CEC entende não lhe assistir razão, pois, denota-se que os requisitos exigidos configuram capazes de comprovar acerca das condições de elegibilidade dos candidatos.

7. Quanto aos Princípios da Impessoalidade e Moralidade Administrativa, a Comissão Eleitoral Central tem atendido sobremaneira a ambos os princípios, além de outros. A impessoalidade da CEC é inquestionável, pois, alegar a falta desse princípio significa julgar a própria Comunidade Acadêmica, haja vista a missão representativa da CEC que foi eleita sob ampla aprovação dos servidores e alunos do IFAM. Quanto à Moralidade Administrativa, princípio insculpido no Art. 37, da Constituição Federal, tendo como requisito de validade dos atos administrativos o Art. 5.º, LXXIII, a CEC julga que todos os atos até aqui praticados respondem plenamente aos anseios da Comunidade Acadêmica, tendo como fundamentos a dignidade, decoro, zelo, eficácia e a consciência dos princípios morais, a fim de manter a lisura e a probidade administrativa, não havendo até o presente momento quaisquer anotações que desabonem os trabalhos desenvolvidos pela Comissão.


III – Decisão dos membros da CEC:

Diante do exposto, esta Comissão Eleitoral Central resolveu, por unanimidade dos membros presentes, NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso. Encaminhe-se para publicação.

Manaus, 21 de novembro de 2018.


Rodrigo Monteiro (Presidente)


Eliane Gerôncio dos Santos (Vice-presidente)



Wualiney Cruz Ferreira (1º Secretário)


Gabriel Nunes da Silva (2º Secretário)

Judimar Carvalho Botelho (Membro)


Fábio Teixeira Lima (Membro)

Abraão de Souza Brito (Membro)


Débora Bezerra Rodrigues (3º Secretário)